

NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 6 / Dezembro '95 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN: 0872-4733

6

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

GIACOMO BECATTINI / ENZO RULLANI SISTEMA LOCAL E MERCADO GLOBAL

ANTONIO VÁZQUEZ-BARQUERO EVOLUÇÃO RECENTE DA POLÍTICA REGIONAL

ANTÓNIO BRANDÃO / ADELINO FORTUNATO CONCORRÊNCIA MULTIMERCADOS E COMÉRCIO INTERNACIONAL

MARIA CLARA MURTEIRA TEORIA DO CICLO DE VIDA E FINANCIAMENTO DAS REFORMAS

DESMOND McNEILL ECONOMIC APPROACHES TO THE STUDY OF CONSUMPTION

JOSÉ REIS ECONOMIA CONSTITUCIONAL, ESTADO E INSTITUIÇÕES

JOÃO CRAVINHO INFLAÇÃO, ESTABILIDADE CAMBIAL E POLÍTICA MONETÁRIA

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Círculo FEUC



Realizou-se no dia 21 de Julho de 1995, na Universidade de Coimbra, o Doutoramento *honoris causa* de Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil. Publicam-se aqui a sua alocução e as orações de elogio do Doutorando e do seu Apresentante, Dr. Mário Soares, Presidente da República Portuguesa, que foram proferidas, respectivamente, pelos Doutores Boaventura de Sousa Santos e João Clímaco, Professores Catedráticos da FEUC

Doutoramento *honoris causa* de Fernando Henrique Cardoso 21 de Julho de 1995

Fernando Henrique Cardoso

Trabalho Académico e Ação Política*

É com grande orgulho que recebo da Universidade de Coimbra o título de Doutor *honoris causa*. Não preciso exaltar as tradições de um dos mais antigos centros de cultura da Europa, nem recordar o fato de que Coimbra esteja tão fortemente ligada à história do Brasil.

Se me permitem uma referência pessoal, lembro que, na última vez que visitei Coimbra, em 1990, participei da homenagem que a Universidade prestava a Florestan Fernandes, um dos criadores da moderna sociologia brasileira. Fui seu aluno e depois seu colega na Universidade de São Paulo. Sua atitude exemplar de professor combina-se, em vários momentos, quando participa da vida política, com a devoção à luta pela igualdade, como se todo o seu saber só se justificasse na medida em que servisse aos que nada ou pouco têm.

A praxe recomenda que quem recebe o título deve dar uma aula, o que faço com prazer. Minha aula não terá o rigor científico, o cuidado analítico que procurei imprimir a meus trabalhos sociológicos. Estará na confluência do trabalho intelectual e dos dilemas dos que são obrigados a decidir, sabendo que o tempo dos dois movimentos é diferente. Na vida política, o tempo é uma variável fundamental, mas não escolhemos o seu ritmo que, frequentemente, exige que substituamos a reflexão pela sensibilidade, a razão pela intuição.

Ideologia no Pós-Guerra Fria

O tema que escolhi é o de que orientações ideológicas modelam as nossas opções neste momento do pós-Guerra Fria. Como se articulam essas orientações numa democracia moderna?

Bobbio retomou, em ensaio recente, a questão

* Manteve-se a grafia original do português do Brasil.



da permanência, mesmo esmaecida, das ideologias, da dicotomia esquerda-direita.

Penso que é um tema que interessa à reflexão sociológica e política no Brasil e em Portugal, pois, afinal somos democracias em construção, que compreendem a necessidade de aperfeiçoar-se. E aí, o tema dos valores, que orienta escolhas, é fundamental.

Falarei tendo como pano-de-fundo o Brasil, sociedade moderna com características próprias. Ainda que os diagnósticos sobre a "dualidade brasileira" estejam ultrapassados, os desequilíbrios sociais no Brasil nos tornam contemporâneos das sociedades mais avançadas e mais atrasadas. Essas assimetrias nos permitem ver com clareza problemas que atualmente existem nos países ricos, como o desemprego estrutural, e nos países pobres, como os da marginalização e do combate à miséria.

Direita e esquerda na América Latina

De que servem hoje as ideologias modernas — o liberalismo, o socialismo, a social-democracia, o nacionalismo? Historicamente, elas tiveram um peso na orientação dos atores políticos, dos grupos sociais. Deram padrões de julgamento sobre o que faziam os "homens políticos". Criaram critérios de avaliar o que era "progressista", o que melhorava a condição humana.

No plano das ideologias, a queda do Muro de Berlim leva a, pelo menos, duas atitudes. De um lado, uma euforia, fácil e enganosa, a de que teríamos chegado ao fim da "era das ideologias", como se tivesse sido criado consenso universal sobre o que é melhor para as nações. Os problemas não teriam mais a ver com "idéias", mas com "práticas". De outro, a compreensão de que, apesar de crescentes convergências, estas não se transformam em unanimidades. Há dilemas e contradições no campo da política.

Como organizar então o debate sobre o sentido do progresso? A derrocada do socialismo real traz problemas novos como o de saber até que ponto a matriz clássica, esquerda-direita, ajuda a entender os padrões de valores de nossos dias. Esquerda é progresso e direita é reação? Que esquerdas há? Que direitas há?

Podemos retomar os critérios de Bobbio e aceitar que a esquerda orienta-se por um sentimento igualitário e a direita aceita a desigualdade como natural. Reconheço que são fórmulas vagas e, por isso, socorro-me da sociologia para tentar preenchê-las.

O que significam direita e esquerda no panorama intelectual latino-americano?

Uma primeira observação é a de que nós, intelectuais latino-americanos, fomos, em maioria, de esquerda. Em dois sentidos: os temas eram enfocados em boa parte pela matriz marxista e, quando nos manifestávamos politicamente, a crítica e a insatisfação predominavam. Queríamos transformações em nosso continente.

Em contrapartida, especialmente no Brasil, a direita era talvez mais "prática" do que "ideológica". Seus intelectuais eram poucos e estavam sintomaticamente mais perto do Direito e da Economia do que das Ciências Sociais. Diante da questão da desigualdade, valorizavam não tanto a sua naturalidade, à moda da direita tradicional europeia, mas a *necessidade de controle social*. A ordem era o valor maior e, nisto, as doutrinas de segurança nacional foram sua clara expressão moderna. Em economia, defendiam as soluções de mercado, às vezes, de forma radical. Hoje, com o sopro dos ventos liberais, o Estado forte não é mais inspirador da direita.

A Esquerda tradicional: ideias e métodos

Mas, voltemos ao pensamento de esquerda. Como ela exprime *o ideal da igualdade*? Para a matriz marxista da esquerda latino-americana, a vida política culminaria quando se desse a cada um segundo as suas necessidades. Atitude utópica, de difícil visualização, salvo a ênfase na igualdade social e econômica, mais do que na política. Se nos países de socialismo real, esta formulação se torna concreta, visível, na América Latina a revolução cubana adota uma versão própria do ideal da igualdade: diferentemente do modelo soviético, sociedade mais avançada e industrializada, Cuba forja um modelo de *igualdade na pobreza* e abre a perspectiva de que é possível dar saúde e educação para todos.

A conquista de uma "igualdade concreta" em



Cuba confirma que alguma transformação radical do sistema é necessária para reverter a exploração. Nem todos os projetos de esquerda, porém, serão radicais.

No limite, abandona-se o socialismo por alguma forma de “desenvolvimentismo”. Mas a compreensão da necessidade de transformação, comandada pelo Estado, é universal e orienta a ação dos partidos “progressistas” em suas variantes da democracia cristã, da social-democracia, do trabalhismo, e do próprio populismo. De uma certa forma, o ideal da igualdade se transforma em propostas de elevação das classes oprimidas.

Outro tema importante, no pensamento de esquerda latino-americana, é o dos *métodos para chegar à igualdade*, ou para melhorar as condições sociais. Lembro inicialmente que o pensamento liberal tem uma visão negativa, *hobbessiana*, do homem, bem como uma visão positiva do social, na medida em que, livres, as forças sociais criam, via mercado, riqueza e harmonia. Para a esquerda, o movimento era inverso: partia-se de uma visão positiva, *rousseauuniana* do homem; mas a sociedade o corrompe e é necessário algum tipo de *engenharia social* para tornar sadias as organizações sociais. Isto leva, na matriz marxista, a uma espécie de repúdio às instituições existentes, vistas como reprodutoras da desigualdade.

O objetivo não era simplesmente conquistar o poder. Era mais do que isto, era mudar a natureza da relação entre os homens, extirpar os mecanismos de exploração. Daí a importância da idéia revolucionária, da busca do ator que a levaria adiante — o proletariado urbano ou camponês — e da melhor estratégia de vencer as classes dominantes, da via eleitoral à luta armada. E, mesmo quando se aceitava a via eleitoral, ela era vista como passo para uma transformação ontológica da sociedade a qual, num segundo momento, dispensaria as formalidades da democracia burguesa.

Quanto mais à esquerda, tanto menos importante era o debate institucional. As instituições se corrigiriam automaticamente com as mudanças sociais. Paralelamente, do ângulo dos desenvolvimentistas, não

necessariamente de esquerda, a defesa do Estado de Direito aparecia como algo supérfluo diante do desafio da industrialização e do desenvolvimento econômico. A chamada burguesia progressista foi muito mais estatizante e nacionalista do que liberal-democrática. Coincidia com a esquerda na relativização dos aspectos formais da democracia. O tema da democracia formal surgirá, com força, somente no marco do combate ao autoritarismo, quando se começa a admitir que as instituições pesam na vida do indivíduo e da sociedade.

Na Europa do pós-Guerra, ao contrário, deu-se a opção pela “reforma ao invés da revolução”, ou seja, a aceitação do jogo eleitoral como instrumento para chegar ao governo e, a partir dele, obter-se a redistribuição da renda. A luta armada fica “estacionada” na Revolução de 1917.

Um terceiro elemento de análise do pensamento das esquerdas diz respeito à *abrangência das propostas*. A tendência da esquerda era a de buscar conflitos estruturantes, do conjunto da sociedade. Também as formas de solução do conflito abrangiam soluções para toda a problemática social. A tomada do poder mudaria o social e o econômico, ao tempo em que criaria uma nova moralidade. Reordenaria também o quadro internacional, com a superação do imperialismo. No caso da esquerda brasileira, a tendência natural era ver, na história do Brasil uma repetição da europeia, os mesmos padrões de conflito. Nossas interpretações eram baseadas na idéia de que a classe operária não estava ainda suficientemente organizada para cumprir a sua missão histórica.

Ideologias na atualidade

Este mundo que descrevi de forma simplificada supunha o marco da Guerra Fria. Hoje, como ficamos?

Os critérios que emergem da visão “tradicional” da esquerda parecem superados. O debate sobre o alcance do ideal da igualdade não morreu, embora se tenha tornado mais concreto, voltado para problemas de gestão. Ainda faz parte da visão de futuro sobre as nossas sociedades, porém com uma diferença: perdeu-se o “ideal



concreto”, representado pelos modelos do socialismo real, porque falharam tanto politicamente, ao abafar as liberdades, quanto economicamente, ao colocar obstáculos à modernização. Temos agora de pensar o futuro sem a rigidez de modelos acabados.

Além disso, a escolha da estratégia de ação já não prescinde do marco da democracia. A democracia e a defesa dos Direitos Humanos tornam-se referencial necessário do progresso, e mesmo ingrediente do progresso. Paralelamente, a agenda contemporânea da pólis fragmenta-se, tornando pouco nítidas as balizas de atuação política, à direita e à esquerda, no tocante a temas como a questão da mulher, da ecologia, do controle demográfico, da sexualidade. Tais temas envolvem novas concepções da interação democrática entre a cidadania e o Estado, que extravasam o quadro de análise das ideologias tradicionais.

Disso derivam várias conseqüências. A mais evidente é a de que os atores sociais passam a valer igualmente na arena política e não existem mais “demônios” a serem eliminados, como a burguesia na perspectiva marxista tradicional. Não existe imposição ideológica. Deve haver abertura e tolerância. O peso do argumento e a maneira como é defendido em termos de mobilização política tornaram-se decisivos no processo de definição do que é legítimo em termos das políticas e dos projetos sociais. Idealmente, valeriam mais as forças de persuasão do que o poder econômico. *A democracia, como ideal, passa a ser um jogo de razão.* Os padrões éticos, obtidos em consenso social mais amplo, julgam a ação política.

Em sociedades como as latino-americanas, em que as diferenças sociais são agudas e patentes, os objetivos de igualdade estão dados: fornecer a todos os cidadãos os serviços básicos de saúde, educação, segurança, cultura. Uma afirmação como esta é simples, porém frágil. Definir o ideal de esquerda, à maneira de Bobbio, como o da igualdade, em nosso Continente, é o começo de um longo percurso. Dirá pouco sobre o que fazer e aí está o nó da questão ideológica contemporânea.

Na realidade, o essencial é reter a

continuidade do ideal e saber que ele envolve, para sua realização, ações variadas, que vão desde políticas compensatórias à dissolução de privilégios. Esta é, aliás, uma das questões difíceis de resolver.

O que são privilégios em uma sociedade de contrastes? Na visão tradicional da esquerda, o privilégio se identificava com uma classe, com os “ricos”. Agora, a perspectiva deve ser mais cuidadosa e os empresários têm um papel no desenvolvimento. Há desigualdades aceitáveis, quando existe uma rede mínima de proteção do cidadão. O problema agora é evitar, como fazia o Estado autoritário, de cercar de vantagens os que já têm uma posição “assegurada”, seja na estrutura social, seja na máquina do Estado, de tal forma que as políticas de governo não se tornem “reprodutoras da desigualdade”.

É preciso chamar a atenção para a persistência de posturas “passadistas” nas atitudes da esquerda e da direita, que reagem à mudança, por receio de que possa ser prejudicial aos interesses da maioria ou de seus privilégios, dentro e fora do Estado. Adotam os argumentos conservadores — descritos por Hirschmann — em parte porque não aceitaram a complexidade da sociedade contemporânea, que repele raciocínios dicotômicos.

A esquerda tradicional subestimou a capacidade da democracia de promover melhorias na condição de vida do proletariado e do campesinato. Aferrou-se a estruturas políticas fechadas e autoritárias; subestimou, também, a importância da livre circulação de idéias e informações, num momento em que um novo paradigma tecnológico começava a comandar um processo produtivo cada vez mais internacionalizado e comandado pela lógica da economia de mercado.

Por outro lado, é inegável no mundo contemporâneo o papel de uma esquerda crítica, *habermasiana*, capaz de recolher as diversidades e as contradições da sociedade, de forma a canalizá-las no sentido do progresso e do aperfeiçoamento do jogo democrático.

Agregaria que, nas democracias contemporâneas, a questão da igualdade de

oportunidades de acesso à educação tornou-se prioritária. Embora essa proposição contenha elementos idealistas, dada a evidência de que há nítidas disparidades sociais na “partida”, em favor dos herdeiros das classes mais privilegiadas, em muitos países é possível dizer que existe uma boa oportunidade de acesso a todos os cidadãos. Isso atenua, de certa forma, a própria noção da injustiça.

Se o ideário da esquerda tradicional avançou, deixando para trás noções como a da ditadura do proletariado ou do planejamento central, o ideário associado à direita também evoluiu, incorporando políticas públicas compensatórias para atenuar as desigualdades mais flagrantes. Esquerda e direita ainda se distinguem, embora em marco em que há maior espaço de convergência.

Gostaria, neste momento, de comentar a questão do chamado neo-liberalismo, que, apesar de admitir variações, como mostrou recentemente Perry Anderson, tem ocupado grande espaço na mídia.

Há qualificações preliminares a fazer. A primeira é de que é necessário respeitar as realidades nacionais. Da mesma maneira que o pecado da esquerda tradicional foi o de transferir categorias pensadas no bojo do capitalismo avançado para o mundo latino-americano, o pecado neo-liberal pode produzir a mesma distorção. As receitas prescritas pela ideologia neo-liberal devem, assim, ser examinadas com cautela. É evidente que o papel do Estado em sociedades européias, muito mais homogêneas, será diferente nos países do Sul. Da mesma forma, se a moldura for a social-democrata, e não a liberal, o peso da questão social será diferente

Parece-me simplificação inaceitável substituir o Estado pelo “mercado”. Também é inaceitável a tentativa de reduzir tudo ao pragmático e dizer que é positivo simplesmente o que deu certo em termos econômicos, o que aumentou no PIB. É claro que o bom desempenho nos números, o controle das variáveis macroeconômicas, é importante, — e louvem-se os liberais por apontar com ênfase para esses temas. Mas é insuficiente, pois, se não houver uma crença

em valores, no sentido coletivo de avanço social, a sociedade se desorienta e as lideranças se esvaziam.

Aqui entra o ideário social-democrata. Se o objetivo é distribuir rendas, abandonando as vias radicais, o problema que se coloca é duplo: o da eficiência e o da equidade, que devem ser combinados. O objetivo do desenvolvimento, da produção como requisito para o bem-estar, deve estar em harmonia com políticas que sejam capazes de universalizar os benefícios sociais.

Neste sentido, o dilema Estado-mercado é falso. O papel do Estado, como agente regulador, deve ser mais eficaz. Assim, a proposição para a qual devemos estar atentos é o *papel do Estado no mercado*. O problema é como aumentar a competitividade e como tornar mais transparentes tanto as decisões de investimento, como as que afetam o consumo. Isto é, como torná-las controláveis pela sociedade e não somente pelas burocracias do Estado ou das empresas.

Diferentemente do neo-liberalismo, a social democracia desloca, portanto, o eixo da opção entre estatal e privado do plano ideológico para um plano objetivo: importantes são as condições que devem ser criadas para o funcionamento da economia.

E importante para o funcionamento da economia é não tanto a diferença entre ricos e pobres, entre capitalistas e assalariados, mas entre setores sociais organizados, que incluem importantes setores das classes trabalhadoras e médias, e setores não-organizados. As pressões corporativas constituem empecilhos para a *universalização* das conquistas sociais. É assim com o salário, com a Previdência, com os benefícios da aposentadoria, com o acesso à educação e à saúde. É preciso evitar a postura neo-liberal que critica toda e qualquer reivindicação por ser parcial e benéfica apenas a alguns setores e prefere a luta “no âmbito do mercado” que asseguraria a igualdade a longo prazo. E também evitar o “atendimento populista”, que considera válida qualquer reivindicação de *los de abajo* sem se perguntar sobre os efeitos de médio prazo para as sociedades.

O critério da competitividade, da absorção de





meios que permitam ganhos de produtividade são a pedra de toque de políticas económicas que tenham por objetivo aumentar o bem-estar social da população. E esse é o desiderato da social-democracia. Ela reconhece que o esforço de crescimento económico é condição para o bem-estar social. Reconhece que certos mecanismos de intervenção podem ser necessários para criar condições internas de competitividade. Trata-se, portanto, de uma questão de gradação e da escolha de alternativas políticas que, seletivamente, assegurem o que é fundamental: o interesse público.

E é justamente na forma de definir o interesse público que uma nova esquerda, se souber retomar os ideais e a tradição de tolerância da social-democracia, pode oferecer caminhos inovadores, porque inspirados numa utopia viável. Nesta utopia, a esquerda não apenas descobre os movimentos sociais, mas cria espaços públicos e institucionaliza mecanismos revitalizados de democracia participativa, que conciliam direitos e motivações individuais com o fato de os indivíduos viverem situações comuns, coletivas e também com o fato de que valores comuns devem ser a base das necessárias soluções de justiça social.

Boaventura de Sousa Santos

Senhor Presidente da República, Magnífico Reitor, Autoridades Académicas, Civis, Militares e Religiosas, Senhores Doutores, Senhores Assistentes e Investigadores, Senhores Funcionários, Senhoras e Senhores:

Fernando Henrique Cardoso vai em breve pedir ao Magnífico Reitor a imposição da láurea doutoral em sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Apresenta-o e afiança-o no seu pedido Mário Soares, Presidente da República Portuguesa.

Sendo uma cerimónia que segue um ritual de séculos, é uma cerimónia única e eu considero-me privilegiado por ter nela um papel activo. Única, antes de mais, porque não me lembro de, em época recente, o grau de doutor *honoris causa* ser atribuído a alguém que a ele tem pleno de direito na dupla qualidade de personalidade política e de personalidade científica.

Sabemos que não é hoje pacífica na nossa universidade a concessão dos chamados doutoramentos políticos. Segundo alguns, a *honoris causa* do doutoramento deve ser sempre científica e só as vicissitudes históricas de submissão da Universidade ao poder político fazem que haja doutoramentos políticos. Podemos mesmo dizer que esta posição terá sido fortalecida, na actual conjuntura, que atravessamos, das relações entre o Estado e a universidade. Muitos dos professores aqui presentes, entre os quais orgulhosamente me incluo, estão a sair de uma greve, em luta pela dignificação do ensino superior, contra um governo politicamente míope que, num país de analfabetos funcionais, transformou a hostilidade à universidade em política orçamental e eleitoral.

A propósito, teria de dizer, daqui, aos colegas brasileiros e aos seus reitores que, pese embora a eventual justeza de algumas das preocupações recentes, manifestadas por eles e pelo Conselho de Reitores das Universidades brasileiras, a política universitária do governo brasileiro e a autonomia das universidades não têm comparação possível com a mesquinhez

política com que temos de conviver aqui, dia a dia. É caso de vos pedir que nos devolvam pelo mesmo correio, do Chico Buarque, e com a mesma urgência, um cheirinho de alecrim. Ou, quiçá, o correio terá sido agora outro, o do Fernando Henrique Cardoso. É que sinto respirar-se nesta sala um forte cheirinho de alecrim.

A mensagem política deste doutoramento é, pois, científica. E é por isso que esta cerimónia é única. Mas ela é única ainda por outra razão. Os doutoramentos *honoris causa* são muitas vezes decisões de conjuntura, determinadas por oportunidades ou voluntarismos de momento. Não é este, de modo nenhum, o caso presente. Este doutoramento está planeado desde há, precisamente, cinco anos, quando, em Julho de 1990, a Faculdade de Economia, através do Centro de Estudos Sociais, organizou o primeiro Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sem menosprezo para ninguém, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes foram, nesse Congresso, o par mais insigne de sociólogos. Na impossibilidade prática de conferirmos aos dois o doutoramento *honoris causa*, conferímo-lo a Florestan, por todos considerado o fundador da sociologia científica brasileira e mestre de Fernando Henrique, antes de ser seu colega, e a quem este aliás dedicou a sua tese de doutoramento, “com reconhecimento e amizade”, “pela influência construtiva que exerce no desenvolvimento da sociologia do Brasil”. Ficou, no entanto, decidido por unanimidade e com entusiasmo que, na primeira oportunidade, esse grau seria igualmente conferido a Fernando Henrique Cardoso. Aqui estamos hoje, num mundo que entretanto deu tantas voltas e nos deu tantas voltas, a honrar, com o entusiasmo intocado, a decisão de há cinco anos.

E porque a razão tem simetrias que a razão desconhece, Fernando Henrique não poderia ter melhor apresentante que Mário Soares. Mário Soares é hoje, mais do que nunca e mais do que nenhum outro Presidente da nossa história contemporânea, o Presidente de todos os portugueses. Um feito notável numa sociedade de tanta heterogeneidade estrutural, pasmada de mudanças que não

mudam e antes parecem ficar à porta das transformações necessárias, excitada com progressos que não progridem senão pelo rio cada vez mais caudaloso que divide o país entre ricos e pobres, corruptos e honestos, prenhe de vitalidade que definha à porta das fábricas a falir e da agricultura enterrada em sua própria terra; uma sociedade, finalmente, que sonhou com o exaltante banquete da integração europeia e que parece ter de contentar-se com o piquenique rasca da integração ibérica, nas margens eucaliptadas de rios com águas emprestadas por usurários.

Como é possível, pois, que numa sociedade em tempo tão destemperado Mário Soares seja hoje o incontestado Presidente de todos os portugueses? Em meu entender, porque o Presidente Mário Soares ensinou o político Mário Soares a transformar-se no sociólogo Mário Soares. De facto, quem lê os últimos livros de Mário Soares e, nomeadamente, o prefácio do último livro, colhe a impressão distinta que esta década ensinou muito a Mário Soares sobre as realidades sociológicas do país a que ele tem presidido. Ensinou-o a ver o país de baixo para cima, do sofrimento de muitos para a opulência de poucos, dos vícios privados para as virtudes públicas, do silêncio da exclusão social para os discursos oficiais da convergência nominal com a Europa, da sonegação prática dos direitos para os tambores teóricos da Constituição, do Estado que é privatizado pelo clientelismo para o Estado que privatiza. É esta a visão própria da sociologia que Mário Soares aprendeu nestes anos. Como se à força de questionar cada vez mais profundamente o seu desempenho e o do sistema político a que preside, encontrasse, de repente, a cara lavada de um país aflito, mas digno, a lutar em tempos difíceis pela sua auto-estima.

E se esta é a visão própria da sociologia, que melhor mestre dela que Fernando Henrique Cardoso? E aqui reside a simetria. Se o presidente Mário Soares ensinou o político Mário Soares a ser o sociólogo Mário Soares, em que medida é que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ensinará o político Fernando Henrique Cardoso a ser o Presidente Fernando Henrique Cardoso?

Comecemos pelo básico. Fernando Henrique





Cardoso é um dos mais brilhantes e mais respeitados sociólogos do mundo; não apenas do Brasil ou da América Latina, mas do mundo. O facto de ter sido, entre 1982 e 1986, o Presidente da Associação Internacional de Sociologia é apenas um dos testemunhos e nem sequer o mais eloquente disso mesmo. O mais eloquente é, obviamente, o reconhecimento universal da sua obra, as traduções dos seus livros em muitas línguas, o seu magistério nas universidades mais famosas, a influência maciça das suas teorias e dos seus conceitos, mesmo em camadas mais jovens de sociólogos que nem sequer tiveram contacto directo com a sua obra.

Quais são as razões deste reconhecimento? Há uma razão que não pode ser objecto de análise porque é um privilégio dos deuses dá-la ou tirá-la: Fernando Henrique Cardoso é um homem excepcionalmente inteligente, de uma inteligência analítica e fulgurante a um tempo. Já que esta razão pertence aos deuses, ocupemo-nos das que são deste mundo. Distingo duas. Em primeiro lugar, Fernando Henrique Cardoso domina como poucos a tradição sociológica universal, e a partir desse domínio inova teórica e conceptualmente de modo a dar conta das especificidades da sociedade brasileira, especificidades que, entretanto, longe de se entenderem como solipsismos idiossincráticos, decorrem do modo próprio e mutante como a sociedade brasileira se insere no sistema mundial. Esta postura científica afirma-se bem cedo, logo na sua tese de doutoramento, publicada em 1962, sobre o *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, resultado de uma investigação feita sob a orientação de Florestan Fernandes e em colaboração com outro importante sociólogo, também ele fundador do nosso Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Octavio Ianni. Fernando Henrique Cardoso define, como seu problema teórico central, o de qualificar a sociedade brasileira, uma sociedade que, sendo capitalista e integrada no sistema mundial, não era uma sociedade de capitalismo moderno, do tipo existente nos países do Norte, mas que não o sendo, tão pouco era uma sociedade feudal. Daí, a caracterização do capitalismo mercantil escravista, servido pelos conceitos de patrimonialismo e de casta escrava.

Este acúmen teórico e analítico marca todo o seu trabalho científico posterior, particularmente o conjunto de obras escritas entre meados da década de sessenta e meados da década de setenta, que constituem o núcleo duro da obra de Fernando Henrique e em que distingo *O Empresariado Industrial e Desenvolvimento Económico no Brasil* (1964), *Dependencia y Desarrollo en América Latina* (1969), de parceria com Enzo Faletto, *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro* (1971), o *Modelo Político Brasileiro e outros Ensaios* (1972) e *Autoritarismo e Democratização* (1975). Trata-se de um conjunto notável em que Fernando Henrique estabelece uma matriz teórica e analítica adequada a compreender a situação histórica e as transformações profundas, dramáticas e até traumáticas por que passou a sociedade brasileira nesta década crucial, uma matriz suficientemente dúctil para analisar outras sociedades latino-americanas e até outras sociedades do chamado Terceiro Mundo noutros continentes.

A traço muito grosso, eis o perfil geral dessa matriz. Antes de mais, a teoria da dependência que, mais tarde, Fernando Henrique preferirá designar como análises concretas de situações de dependência. Contra as teorias então dominantes da modernização e das etapas do desenvolvimento, Fernando Henrique defende que o padrão de desenvolvimento das sociedades latino-americanas não é explicável dentro do marco nacional dessas sociedades e que os processos económicos que nelas ocorrem, sobretudo os da industrialização, não são compreensíveis abstraído da situação histórica e das condições sociais e políticas dessa sociedades. Criticando as ideias que aferravam estas sociedades ao destino do subdesenvolvimento e da periferia económica, Fernando Henrique defende que o desenvolvimento é possível precisamente porque é capitalista, isto é, porque ocorre no seio do processo de expansão do sistema capitalista internacional e nas condições políticas em que este opera. Esse desenvolvimento é dependente, por um lado, porque decorre do próprio processo histórico

de constituição de periferias no sistema capitalista mundial e, por outro lado, porque este sistema, enquanto sistema económico e enquanto sistema político, cria condicionamentos externos decisivos ao processo de desenvolvimento. No entanto, e este é um aspecto crucial da teoria, estes factores externos não actuam de fora, como algo estranho à sociedade dependente; pelo contrário, inscrevem-se estruturalmente no interior dessas sociedades, no modo como as classes sociais se articulam entre si e com o Estado e no tipo de organização económica e política que prevalece nelas.

Em termos terra-a-terra, o facto de um país se industrializar e crescer muito economicamente, não significa por isso que se estejam a quebrar os laços de dependência em relação aos países centrais, hegemónicos. Bem pelo contrário, essa dependência aprofunda-se, tanto no tipo de modelo económico que domina, como na distribuição da riqueza, nas políticas sociais, na organização do Estado ou mesmo no tipo de regime político adoptado. E, por outro lado, os “interesses externos”, longe de se reduzirem aos sectores exportadores, radicam cada vez mais no sector da produção para o mercado interno e, conseqüentemente, alicerçam-se em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas. Desta ideia central de desenvolvimento dependente, que Fernando Henrique Cardoso passará a designar, mais tarde, por desenvolvimento dependente-associado, brota uma plétora de conceitos e de dispositivos analíticos. Por exemplo, a ideia de que a burguesia industrial depende das benesses do Estado, mas não assume as suas responsabilidades públicas, ou seja, não tem um projecto político próprio de hegemonia nacional; pelo contrário, subordina todas as transformações internas, as políticas, inclusive, e as alianças de classe ao objectivo prioritário do desenvolvimento dependente e internacionalizado. O conceito verdadeiramente premonitório na época em que foi formulado de “internacionalização do mercado interno”, para caracterizar a situação de controle crescente do sistema económico das nações dependentes pelas grandes empresas multinacionais. O conceito de burguesia de Estado para caracterizar uma

fracção da burguesia cuja fonte de acumulação reside no sector empresarial do Estado e, em geral, na intervenção crescente do Estado na economia. O conceito de anéis burocráticos para definir os modos como as forças económicas dominantes injectam os seus interesses nas agendas políticas da administração estatal, encarregadas de tomar decisões que os afectam, um conceito em que eu próprio me inspirei para desenvolver a distinção entre sociedade civil íntima e sociedade civil estranha.

Podia continuar por muito tempo esta enumeração, mas penso que a já feita é bastante para avaliar do elevado quilate da obra de Fernando Henrique Cardoso, justificadora, só por si, do seu reconhecimento mundial. Mas, como disse acima, uma outra razão faz de peanha a esse reconhecimento: o pendor crítico do seu pensamento, crítico de todos os dogmatismos, de todas as ortodoxias, de todas as ideias feitas, de todos os consensos produzidos pela indolência da vontade ou da razão, crítico enfim das suas próprias teorias, como, por exemplo, da teoria da dependência. Este domínio da reflexividade tem sido a fonte inesgotável do carácter inovador da sua acção e do seu pensamento, da sua capacidade para ir à frente da realidade constituída, para captar tendências, para subscrever com entusiasmo ideias minoritárias que, mais tarde ou mais cedo, se transformam em património comum dos seus próprios opositores. Esta característica confere à postura científica e política de Fernando Henrique Cardoso uma ductilidade tal que levou Francisco Weffort, outro grande cientista social brasileiro, hoje Ministro da Cultura do Governo de Fernando Henrique Cardoso, a defini-lo como o intelectual das identidades difíceis ou complexas, o intelectual da aceleração da história que, na vertigem da sua carreira de muitos cambiantes, é o testemunho vivo dos trinta anos mais rápidos da história contemporânea do Brasil.

Na obra e na vida de Fernando Henrique Cardoso são múltiplos os testemunhos desta postura. Começo pela obra e respigo ao acaso. Num notável esboço de biografia intelectual que é a nota à 2ª edição da sua tese de doutoramento, de 1977, Fernando





Henrique Cardoso dá-nos conta do entusiasmo com que partilhou a obsessão de Florestan Fernandes “de desenvolver uma sociologia que não fosse constatação positiva da ordem predominante”, mas acrescenta, desde logo, a forma crítica como usou o método dialéctico, evitando o cientificismo marxista dos determinismos, da falsa consciência e do desvio ideológico. E conclui: “Sei que tirando do espírito estas muletas da crença muitos se desesperam ao vislumbrar que o mundo da acção contém um horizonte dentro do qual as opções e os erros são sempre possíveis e, portanto, que a ciência e a vida não diferem tão radicalmente uma da outra nesse aspecto”.

Esta abertura à indeterminação da acção e à contingência histórica faz que a busca do lugar das ideias, que Fernando Henrique contrapõe às ideias fora do lugar do seu colega Roberto Schwarz, seja uma busca quase desesperada porque, num mundo de mudança acelerada, as ideias não se limitam a mudar para acompanhar a mudança dos objectos de reflexão, mudam por via deles. Ou seja, porque as reflexões são também reflexos. Esta busca de identidade difícil e quase à beira do abismo está presente em Fernando Henrique Cardoso, por um lado, na reconstrução incessante da identidade da tradição crítica e de esquerda em que se formou e, por outro, no modo como, sobretudo a partir da década de setenta, procura combinar a análise sociológica com a intervenção política.

A tradição crítica é, em Fernando Henrique Cardoso, o acicate constante para questionar toda a rotina instituída, de esquerda ou de direita, sua ou alheia, e para o fazer em nome de uma mudança social cujas direcções possíveis antevê e procura condicionar a favor dos seus ideais, mesmo que contra as suas ideias. Num livro marcante de meados da década de setenta, assume plenamente que as suas análises buscam “delinear as insuficiências das soluções autoritárias e vislumbrar onde e de que forma são possíveis alternativas democráticas e igualitárias”. E acrescenta, com uma candura quase irónica: “este estilo de análise não é novo. É possível encontrar nas longínquas raízes lusitanas da nossa cultura, tradição e legitimidade para os

esforços da síntese entre o analisar e o querer”. Num texto de 1982, escrito em memória de Poulantzas, flagela todo o espectro político por ser incapaz de uma relação adequada com o Estado e por não saber constituir uma verdadeira e moderna politização da sociedade civil, capaz de servir de suporte social a uma transformação social e política progressista. Enquanto a direita e a velha esquerda não vêem senão o Estado que lhes garante a sua reprodução social, os “puros” das oposições sindicais e das correntes esquerdistas não sabem ser senão contra-poderes, incapazes de politizar o Estado por dentro. As fraquezas de uma democracia construída nestas bases levam-no a terminar com uma advertência sobre o novo ciclo que se avizinha: “Barbas de molho, porque o capitalismo que aqui impera é o ianque da segunda metade do século XX. Difícilmente ele será parteiro de uma sociedade que floresceu na Europa até ao fim da metade deste século”.

Quatro anos depois, volta ao seu tema de sempre — os problemas da mudança social. Arrimado em Touraine e em Boudon, declara-se cada vez mais sensível aos caprichos da história, à variabilidade dos processos históricos. Insurge-se contra qualquer pretensão egocêntrica de ver no mundo ocidental o modelo único e proclama: “Ao invés de um resultado único, homogeneizador, universal, uma distribuição mais nuanceada e rica de alternativas históricas”. Contra pessimismos metafísicos e em jeito de programa político, afirma que “especialmente os países do Terceiro Mundo continuam apostando no crescimento económico, à condição de que o tema da igualdade — entre regiões e entre classes — tempere o ímpeto acumulativo”. De facto, o valor da igualdade permanece intacto para Fernando Henrique Cardoso, o grande valor do século XIX que, segundo ele, pertence ao nosso século resolver. Por isso, conclui: “Para que as mudanças ocorram com força não se precisa só de uma utopia, mas de uma utopia. A da nossa época, do fim do milénio, existe e é gritante: a luta para acabar com a pobreza”.

Este programa vinha de longe, da síntese quase inata entre o analisar e o querer, acima referida, e em que se foi caldeando

progressivamente o sociólogo político com o político sociólogo. Aliás, a primeira intervenção política notória foi-lhe imposta pela ditadura militar de 1964. Foi o exílio no Chile e noutros países e a luta pela liberdade e pela democracia que o levou a fundar em 1969 o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), anos mais tarde considerado o melhor centro de investigação sociológica do Brasil e talvez da América Latina, que o levou a peregrinar pelas melhores universidades europeias e norte-americanas, dando início a uma carreira internacional brilhante, sem dúvida, o único contributo útil dos militares para a sociologia brasileira.

Com a transição democrática, a carreira política do Fernando Henrique Cardoso conheceu novos rumos. Em 1978, a primeira campanha para o Senado; em 1982, membro fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; em 1983, Senador da República, reeleito em 1986; em 1988, fundador do Partido da Social Democracia Brasileira; de 1988 a 1992, líder do PSDB no Senado; de 1992 a 1994, membro do Governo Itamar Franco, primeiro, como Ministro das Relações Exteriores e, depois, Ministro da Fazenda. Enquanto ocupante desta pasta, gizou o Plano Real que constituiu uma das alavancas principais com que, em 3 de Outubro último, culminou de forma brilhante, uma brilhante carreira política, ao ser eleito, logo na primeira volta, Presidente da República Federativa do Brasil.

Com a investidura do sociólogo Fernando Henrique Cardoso no cargo de Presidente do país irmão, a síntese entre o analisar e o querer atinge o ponto-limite da sua realização, mas estou certo de que, versado como é no método dialéctico, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso não poderá dispensar-se de perguntar se, dialecticamente, a realização-limite não trará consigo os limites da realização; e, nesse caso, se o máximo de consciência possível do sociólogo será bastante para evitar que tal aconteça. O discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimónia de posse no Congresso Nacional começa, após os intróitos da praxe, com uma frase lapidar: “Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai

dar certo”. O dispositivo retórico desta frase é brilhante. A negação inicial da arrogância é fundamental para permitir a afirmação subliminar da arrogância de quem declara ter uma convicção absoluta e a manifesta de forma sentencial e egocêntrica: “eu digo”. Mas este egocentrismo explícito é meteórico e logo se esconde na descentração do que diz — “este país vai dar certo” — dito em vez daquilo que verdadeiramente quer dizer: eu vou dar certo.

Irá? Pese embora o carácter absoluto da convicção, estou certo de que esta pergunta é feita pelo próprio Fernando Henrique Cardoso. E é-o certamente por milhões e milhões de pessoas que, dentro e fora do Brasil, acompanham, vivem, celebram ou sofrem a apaixonante aventura do Presidente sociólogo. Neste momento, a pergunta é ela própria de retórica pois, em funções há meia dúzia de meses, é demasiado cedo para ser exigível ou sequer possível uma resposta. Mas é, contudo, uma pergunta válida, porque perguntar se Fernando Henrique Cardoso vai dar certo equivale a perguntar se o vasto e profundo conhecimento acumulado por ele sobre o Brasil no exercício do seu mester de sociólogo é suficientemente certo para, alimentado por uma convicção absoluta, devolver aos brasileiros a certeza da esperança. Isto significa que exactamente 482 anos depois, Fernando Henrique Cardoso se vinga de Maquiavel, lhe faz cheque-mate: o Príncipe Fernando Henrique Cardoso fica na contingência de ser aconselhado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso a ser exímio na governação. Como se desenrolará tal contingência? Vai, de facto, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ensinar o político Fernando Henrique Cardoso a ser um bom Presidente, fiel ao programa de mudança social-democrática e progressista há muito traçado ou, pelo contrário, vai o político Fernando Henrique Cardoso, feito Presidente, lembrar ao sociólogo Fernando Henrique Cardoso que os tempos mudaram e que as ideias, sem ele dar conta, saíram, entretanto, do seu lugar?

Dentro e fora do Brasil, adeptos e adversários, amigos e inimigos de Fernando Henrique Cardoso interrogam-se hoje assim quando se perguntam sobre o futuro próximo do Brasil. E





não surpreende que as preferências antecipadas de respostas vão em sentidos opostos. Uma personalidade fortíssima e uma inteligência acutilante e polémica, como as de Fernando Henrique Cardoso, não podem deixar de suscitar sentimentos opostos e bem vinculados. Albert Hirschman, em artigo significativamente intitulado "A social-democracia desloca-se para o sul", publicado em 31 de Maio deste ano no diário *El País*, depois de salientar o papel crucial da estabilização da inflação, através do Plano Real, no êxito de Fernando Henrique Cardoso, define assim as três linhas fundamentais da sua governação para que dê certo e, com ela, o país: liberdade e democracia; desenvolvimento económico com estabilidade monetária; justiça social, salientando que esta e a luta contra a fome, a pobreza e a violência que ela envolve, é, de todos, o maior desafio com que se defronta o sociólogo Presidente. Dois dias antes, em entrevista à *Folha de São Paulo*, outro iminente sociólogo, Alain Touraine, afirmava quase o mesmo: que "o Plano Real é um plano marcado pela sociologia" e que o Brasil de Fernando Henrique Cardoso "é a primeira afirmação clara de que não há outra solução além da associação de liberalismo económico e intervenção social, a definição clássica da social-democracia".

Ao ouvir isto, que dirá o conselheiro-sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao príncipe-presidente Fernando Henrique Cardoso? Não o aconselhará a pôr as barbas de molho já que, como vimos acima, ele considera que o capitalismo que domina na América é o capitalismo ianque e não o capitalismo europeu, berço da social-democracia? Não lhe lembrará a teoria da dependência, que muitos pensam estar de volta, para o advertir de que o modelo liberal do capitalismo mundial, hoje em vigor, é incompatível com a ideia do Estado-Providência? Ou, pelo contrário, e, como sempre, na crista avançada das tendências, dir-lhe-á que este modelo começa já a entrar em crise e que daqui em diante novas alternativas históricas são possíveis? E porque não há-de ser o Brasil o primeiro país a dar testemunho delas? E não será o programa "Comunidade Solidária" dirigido pela insigne antropóloga Ruth Cardoso, ela

também fundadora, aqui em Coimbra, do Congresso Luso-Afro-Brasileiro, um primeiro passo na construção de uma nova alternativa? Ou, pelo contrário, estará o sociólogo Fernando Henrique Cardoso de acordo com Paul Singer, seu antigo colega no CEBRAP, que, em declarações à Folha de São Paulo de há dias, afirmava que o Presidente Fernando Henrique Cardoso "parece ter políticas para reformar o Estado, mas não toca na estrutura social"?

Aconselhado por si e por tantos, este Presidente, e o país com ele, vai por força dar certo. Como poderia eu, sociólogo de um pequeno país que parece estar a dar errado, ousar juntar os meus conselhos aos conselhos de tantos, tão mais insignes do que eu? Mas, por outro lado, como poderia eu ousar não o fazer? Primeiro conselho: Barbas de molho, Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o modelo social-democrático está em crise na própria Europa, povoada já de Terceiros Mundos interiores. Se não há alternativa política ao Estado-Providência, há então que o reinventar profundamente. Segundo conselho: escreveu há anos que "não tem sentido um Ocidente arrogante e um Oriente humilhado, ou um Norte pretencioso e um Sul cabisbaixo". E propunha a construção de um mundo "oriental". É verdade que o Oriente está hoje menos humilhado, mas não o é menos que o Norte está cada vez mais arrogante e o Sul cada vez mais cabisbaixo. Não deixe, pois, o crédito da sua teoria da dependência por mãos alheias. É verdade que não é preciso ser burro para se ser de esquerda, mas não o é menos que é preciso ser de esquerda para saber que as ideias dominantes tendem a ser as ideias da classe dominante. Certo que a solução do Brasil não está apenas no Brasil, promova activamente o diálogo Sul-Sul como precondição de um autêntico diálogo Norte-Sul. Use para isso o novo contexto do GATT, o Mercosul, a Agenda 21, a luta por novos critérios de propriedade industrial, a reforma da ONU que se avizinha. O Brasil tem todas as condições para isso. É uma das maiores economias do mundo, dificilmente contornável. O governo tem à sua esquerda um partido aguerrido que, mesmo na difícil luta contra Fernando Henrique Cardoso, conseguiu os votos de um quarto da

população brasileira. A presença e a força de um tal partido, que o México não teve, é fundamental para desencorajar a retaliação da especulação financeira contra o real. Terceiro conselho: na liderança desse diálogo entre países periféricos e semiperiféricos, dê mais importância que a que tem dado até agora ao espaço da língua portuguesa. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso sabe que essa importância não se mede por somas de PIB ou por percentagens de comércio internacional e, antes reside numa ligação tricontinental única por onde terá de passar o diálogo entre os blocos regionais e onde se fará o teste decisivo, em relação à África, da reserva de solidariedade e de humanismo concreto que ainda resta num mundo atordoado pela competitividade sem limites. E não se esqueça de Timor Leste. Sabemos que existe a Indonésia e que o Brasil quer ser membro permanente do Conselho de Segurança, pretensão que todos apoiamos com entusiasmo; mas também sabemos que, em caso algum, o Brasil fará de Judas, o qual, aliás, burro e imprevidente, mal imaginava que, ao vender Cristo, o fazia por um preço tão reles, de saldo.

Magnífico Reitor,

Estão diante de vós o candidato Fernando Henrique Cardoso e o seu apresentante, Mário Soares. Comungam ambos do ideal democrático da liberdade e da solidariedade, os mesmos que dão sentido último ao labor científico e cultural que levamos a cabo na nossa Faculdade e na nossa Universidade. Rogo, pois, Magnífico Reitor, a concessão do grau de doutor em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Fernando Henrique Cardoso.

João Clímaco



Senhor Presidente da República, Magnífico Reitor, Autoridades Académicas, Militares, Cívicas e Religiosas, Senhores Doutores, Senhores Investigadores, Senhores Assistentes, Senhores Estudantes, Senhores Funcionários, Senhoras e Senhores:

É um grande privilégio participar nesta cerimónia do doutoramento *honoris causa* do Exmo. Senhor Doutor Fernando Henrique Cardoso, ilustre Presidente da República Federativa do Brasil, acrescentando ainda o facto de ser Padrinho do Doutorando o Presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Soares.

Ambos são políticos experimentados, empenhados na resolução dos problemas actuais da vida dos Povos. Ambos viveram exilados em França. Ambos são homens de cultura que já deram provas, nas mais variadas circunstâncias, de grande interesse na vasta gama das questões sócio-culturais. Ambos ocupam lugares de topo nos respectivos países. Ambos entendem que o papel das Universidades se reveste de transcendente importância nos difíceis, contraditórios e agitados dias em que vivemos. Ambos estão, por tudo isto, e pelo muito que ficou por dizer, especialmente vocacionados para estreitar cada vez mais os fortes laços existentes entre o Brasil e Portugal, ultrapassando os aspectos meramente formais e afectivos, com vista a acções concretas e pragmáticas.

Neste sentido, a Universidade de Coimbra, consciente da importância das suas relações com as sociedades lusófonas, tem vindo a cooperar progressivamente com várias Universidades brasileiras. Existem diversos acordos, convénios e protocolos institucionais, alguns já em fase de concretização, para além de diversas iniciativas individuais de inegável êxito. Importa referir que o Programa Erasmus, destinado à circulação de estudantes e professores entre redes universitárias da União Europeia, pode ser considerado como precursor do Programa Alpha. Este, agora em fase de lançamento, pretende criar redes universitárias, com os mesmos fins, entre a União Europeia e a América Latina.



É justo salientar que a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra tem desenvolvido, desde há vários anos, intensa e profícua acção no quadro do programa Erasmus e que, nos últimos meses, se tem empenhado no âmbito do Programa Alpha. Há, nesta altura, processos já concluídos, aguardando apenas luz verde da União Europeia.

Se porventura formos ouvidos por alguém em Bruxelas, que as nossas palavras possam recordar que as mais antigas Universidades de Portugal e Espanha são essenciais para o êxito de um programa como o Alpha.

É urgente que no domínio da cooperação se transponha de vez, e decididamente, o plano emocional (necessário, mas insuficiente) e se desemboque no vasto mar da interacção política, social, económica e cultural entre os nossos dois países e de ambos com os restantes países de língua oficial portuguesa.

O doutoramento de Sua Excelência, o Presidente da República Federativa do Brasil, é, por isso, muito mais do que um cerimonial de pompa e circunstância, um justificado augúrio de que, finalmente, os dois Povos venham a congregar todos os seus esforços numa visão global dos problemas que gritam ao mundo a urgência de soluções.

As diferenças culturais, longe de serem obstáculo, são porventura um grande enriquecimento multilateral, conduzindo a sínteses dialécticas dos contrários existentes, explorando o muito do que há de comum entre os dois povos.

Seja-me permitido recordar que Mário Soares, sendo um europeísta convicto, tem afirmado repetidas vezes que a história exige a Portugal que se assuma como um elo de ligação entre a Europa e o resto do mundo, desde o Brasil ao extremo-oriental, sem esquecer a importância da África.

A nossa história e a universalidade da nossa língua conferem-nos particulares responsabilidades mas, por outro lado, propiciam grandes potencialidades e oportunidades tantas vezes desaproveitadas. Não é a primeira vez que esta Casa se honra com a presença de Mário Soares na qualidade de Padrinho em doutoramentos *honoris causa*

de personalidades ilustres. As características da personalidade de Mário Soares, como *homo politicus* por excelência, foram então brilhantemente abordados pelos colegas que me antecederam na tarefa que hoje me é confiada, sem esquecer traços fundamentais da sua vida política, como a defesa intransigente, em todas as circunstâncias, da democracia e da liberdade, e a sua capacidade de acção, corajosa e empenhada, face a situações por vezes muito complexas e difíceis. Não vou, por isso, repetir o que já anteriormente foi dito e que eu não saberia dizer melhor. Apenas sublinho o seu papel fundamental na consolidação do regime democrático em Portugal e o seu empenhamento no processo da construção europeia, ocupando por direito próprio um lugar de destaque na nossa história contemporânea. Nesta ocasião, quero acima de tudo destacar as qualidades humanas e culturais do político, na esfera mundial, chamando a atenção para algumas das suas preocupações actuais. No mundo complexo, incerto e contraditório em que vivemos, essas qualidades propiciam a Mário Soares uma visão global dos problemas, essencial para as difíceis situações dos dias de hoje. A sua interpretação e a sua acção, quer a nível nacional, quer internacional, não podem, evidentemente, congregar aplausos unânimes ou apoios incondicionais, mas não deixarão por isso de ser significativamente enriquecedoras. Questionar, discutir, dialogar, criticar são outras tantas atitudes muito caras a Mário Soares e tornam possíveis a compreensão e o aprofundamento da realidade, frequentemente contraditória e irracional.

Repetidas vezes citámos a complexidade e as contradições com que se defronta o mundo actual, sem entrarmos em pormenores. Sendo o Homem orgulhoso da sua razão não lhe é fácil aceitar a irracionalidade daquelas contradições e, todavia, é bem de irracionalidade que se trata, como veremos, embora de forma sucinta e limitada. Consideremos algumas das suas formas mais relevantes.

A irracionalidade da confusão muito frequente entre crescimento e desenvolvimento. É óbvio que é irracional esperar que o primeiro

conduza automaticamente ao segundo. Tal confusão resulta de uma visão economicista, que é manifestamente falsa como diagnóstico e insuficiente como terapêutica.

A irracionalidade do crescimento imparável e progressivo das desigualdades entre os Homens e os povos, desde a primeira revolução industrial. Se tivermos em conta os prodigiosos avanços do conhecimento, depararemos com o grande paradoxo dos nossos dias, o enorme desnível entre o real progresso social e moral dos povos e os meios técnico-científicos disponíveis para a superação dos problemas. Por outras palavras, a idolatria da técnica coexiste com o desprezo pela pessoa, quer como ser individual, quer como sujeito social.

Daqui decorre, logicamente, a irracionalidade de pensar que o avanço cada vez mais vertiginoso das novas e sofisticadas tecnologias poderá levar, por si só, à solução dos problemas humanos, sem entrar em linha de conta com a natureza da estrutura sócio-política no mais lato dos sentidos, isto é, sem considerar os factores económicos, sociais, organizacionais, culturais, históricos, etc.

A irracionalidade das gravíssimas destruições do planeta e do património, do ponto de vista ecológico. Embora aparentemente quase todos estejam de acordo no plano das boas intenções, e muitas vezes se tenham mesmo assinado declarações e acordos a nível internacional de sentido positivo, a sua tradução em actos consequentes raras vezes tem sido possível.

A irracionalidade com que hoje se decide optar pelos chamados "megaprojectos", descuidando o estudo em profundidade dos seus efeitos sistémicos para as gerações futuras, como por exemplo, as opções nucleares para a produção maciça de energia eléctrica, ou certos projectos de alteração das redes hidrográficas, em que destacamos os casos do Douro, do Tejo e do Guadiana pela importância e justificado alarme de que se revestem para o nosso país. Tudo o que ficou dito torna urgente que se equacionem e ensaiem novas formas de participação dos cidadãos na vida democrática, e se suscitem questões novas no que se refere à legitimação de decisões deste tipo.

A irracionalidade dos orçamentos militares num mundo em que vegetam 800 milhões de pessoas famintas. Este problema engloba, como é óbvio, o problema da Paz, insolúvel enquanto existirem desigualdades, enquanto existirem legiões de excluídos. Daí que para a sua solução se torne necessária a mobilização de todos os recursos de que possamos dispor.

A irracionalidade e a hipocrisia referentes à explosão demográfica. Além do problema da fome, não se pode esquecer a concentração anárquica das populações em megapólis de dimensão delirante.

A irracionalidade da política alimentar mundial que, salvo honrosas excepções, despreza os conhecimentos ancestrais e opta por políticas energético-intensivas, intransponíveis para os países do terceiro mundo, e, a prazo, muito negativas mesmo nos países desenvolvidos.

A irracionalidade de políticas científicas que, sobrevalorizando o imediatismo, prejudicam, a médio e longo prazos, a formação das novas gerações e a acumulação de um capital de conhecimentos, por um lado indispensável e por outro impossível de programar no que diz respeito à sua criação. A desvalorização da cultura e da investigação fundamental são, pois, consequência nefasta desta opção. Em abono da verdade deve chamar-se a atenção para o facto de que o combate imediato aos problemas que hoje mais afligem a humanidade, não depende do essencial de novos avanços do conhecimento científico, mas de condições políticas, económicas, sociais e culturais para pôr em prática soluções ao alcance do conhecimento actual. Consequentemente, não há antagonismos entre as duas vertentes do que ficou dito, mas antes complementaridade.

O inventário ora apresentado foi extenso. Revela-se, no entanto, incompleto, o que resulta de limites em face de problemas de tão grande importância, extensão e complexidade.

Cremos, contudo, que este esboço nos permitirá enquadrar as características pessoais e culturais de um estadista esclarecido no mundo actual, como é o caso de Mário Soares.

Tentemos, embora saibamos *a priori* que não





é fácil, fazer a síntese de uma personalidade tão rica e aberta à pluralidade dos mundos.

Mário Soares tem feito ouvir a sua voz autorizada a nível internacional, prestigiando o nosso país e contribuindo com intervenções a que o tempo tem vindo a dar sentido de sagesa e de cidadania.

Lembraremos apenas a sua participação na ECO 92 do Rio de Janeiro, as suas intervenções em areópagos como a ONU, a UNESCO, o Parlamento Europeu, os seus discursos nas cerimónias de várias Universidades de que é Doutor *honoris causa*, os seus discursos de Estado nas visitas aos mais variados países, etc., etc., ocasiões em que chamou a atenção, de forma lúcida e corajosa, para muitas das questões que aqui focámos.

Partidário da democracia participativa, Mário Soares criou as "Presidências Abertas", iniciativa que lhe permitiu tomar contacto com os problemas nacionais *in loco* e, simultaneamente, conferir a todos os cidadãos uma primeira oportunidade de participação directa.

O gosto pelo risco, outro traço da personalidade humana de Mário Soares, é bem patente na sua luta pela liberdade e pela democracia no seu exílio em França, na sua deportação para S. Tomé, na sua perigosa missão a Beirute a ferro e fogo, e nas suas mais controversas e desassombradas interpretações sobre a cultura e a política que, concordando-se ou não, são no mínimo corajosas.

Por outro lado, mantém uma visão global e sistémica da problemática mundial. A este respeito, melhor será dar a palavra a Mário Soares, que já em 1991 dizia:

"A internacionalização dos conhecimentos e das tecnologias, que conduz a uma maior concorrência económica, o progressivo desaparecimento de barreiras à comunicação, o desenvolvimento da informação e do intercâmbio cultural — tudo isso serve para caracterizar a sociedade aberta em intensa mutação em que hoje vivemos". Mas Mário Soares não esquece as dificuldades, e continua: "Todavia, há perigos que espreitam e que se ligam ao agravamento das

dificuldades na distribuição dos rendimentos e da riqueza, entre os homens e as nações. Somos assim obrigados a contrapor à mera lógica do espontaneísmo mercantilista e de concorrência desenfreada uma lógica de cooperação e de solidariedade que não pode deixar de ter expressão nas relações entre nações e espaços económicos. Há que dar respostas políticas responsáveis que evitem o agravamento das tensões e das desigualdades, designadamente entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos, se quisermos construir uma nova ordem internacional com algum equilíbrio e equidade..."

No meio do cenário mais catastrófico, Mário Soares adivinha luz ao fundo do túnel.

Maui grado o seu profundo conhecimento do lamentável estado em que o mundo actual se aproxima do fim do milénio, não deixa de cultivar um optimismo moderado, como o que expressou na sua intervenção por ocasião da ECO 92 no Rio:

"Sei como é difícil avançar neste sentido passando da expressão retórica dos votos piedosos para resoluções concretas e vinculativas. Conheço o cuidado com que a Conferência foi preparada, as importantes Declarações que a precederam, o imenso trabalho de inventariação realizado, bem como as dificuldades que subsistem, a escassez dos meios disponíveis relativamente às necessidades, as reticências de alguns Estados e a complexa harmonização dos interesses contraditórios. E, no entanto, confio, valorizando os avanços que já é possível concretizar, os pequenos passos dados mediante um esforço pragmático e persistente. Aos mais cépticos direi que a Conferência do Rio não pode ser vista como a resolução final dos problemas económicos que afectam o Planeta, mas antes como um ponto de partida que, simultaneamente, representa um salto qualitativo de transcendente importância para a consciencialização universal da temática ecológica, em todas as suas implicações económicas, sociais e culturais".

É também um aspecto importante da personalidade de Mário Soares a sua capacidade na reavaliação de posições

anteriormente assumidas face a novos dados do problema, revelando uma sensibilidade tão grande, quão grandes são os pequenos sinais dos tempos. Refira-se, a propósito, a diferença de tom da sua opinião, um ano após a Conferência do Rio, sobre a inoperância dos Estados:

“Estou convencido, de facto, que no estado actual do Mundo ou somos capazes de encontrar os meios para a criação de uma nova ordem política mundial, mais avançada do que estão hoje as Nações Unidas, e com objectivos muito bem definidos, ou caminhamos para um desastre irremediável e imenso. Estamos a assistir, nesse aspecto, a uma enorme degradação não só do ambiente, mas também das condições de vida das populações e mesmo das condições políticas, em várias áreas do mundo que desde a Guerra Mundial foram áreas relativamente pacíficas”.

Apesar de tudo, a visão optimista de Mário Soares não é inteiramente abalada e será tanto mais realista quanto se baseie, como alguém disse, no trinómio organizar, racionalizar e mobilizar, acrescentando nós uma pitada indispensável de utopia.

Quanto a mim, gostaria de partilhar o seu optimismo, sabendo ambos que isto implica sem dúvida uma profunda alteração do comportamento humano a todos os níveis. Se assim não for, temo que a espiral de destruição seja imparável. Talvez não seja ainda demasiado tarde, mas será cada vez mais tarde quanto mais adiarmos as decisões, sendo com certeza indispensável agir sem delongas!

